

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2015

[Em conformidade com a Resolução CMN Nº 4.392, de 19/12/2014]

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2015



gestores & conselheiros

CONSELHO DELIBERATIVO

José Messias Mariz

Marcos Benedito Fernandes Gomes

Sandra Borba Costa

Margarida Marília Lopes

SUPERINTENDENTE

Tânia Gonçalves de Souza Melo



1. Introdução, 05

2. Modelo de Gestão, 05

2.1 Comitê de Investimentos, 05

3. Vigência da Política de Investimentos, 05

4. Objetivos, 05

5. Cenário Macroeconômico, 06

5.1 Cenário Internacional, 06

5.2 Cenário Nacional, 08

6. Diretrizes de Aplicação, 11

6.1 Alocação Estratégica, 11

6.2 Metodologia de Gestão de Aplicação, 12

6.3 Alocação Tática, 12

6.4 Metodologia de Gestão de Aplicações e Resgates, 13

6.4.1 Critérios de Avaliação para Aplicação, 13

6.4.2 Critérios de Avaliação para Resgate, 13

6.5 Metodologia de Seleção de Investimentos, 14

6.5.1 6.5.1 Segmento de Renda Fixa, 15

6.5.2 6.5.2 Segmento de Renda Variável, 14

6.5.3 6.5.3 Segmento de Imóveis, 14

6.5.4 6.5.4 Segmento de Participações, 15

7. Monitoramento dos Investimentos, 15

8. Critérios de Seleção de Gestores, 15

9. Publicação, 16

10. Anexo, 18

10.1 Fundo Monetário Internacional – Perspectivas da Economia Mundial 2015, 18

10.2 Controle de Risco de Crédito, 19

10.3 Questionário de Seleção de Administradores/Gestores de Investimentos, 20



1. INTRODUÇÃO

Atendendo à legislação pertinente, em especial à Resolução CMN nº. 4.392, de 19 de dezembro de 2014 o Instituto de Previdência Municipal de Felixlândia - IPREMFEL apresentou esta versão de Política de investimentos para o ano de 2015 que foi aprovada pelo Conselho Administrativo deste Instituto e disponibilizada aos seus segurados e pensionistas.

Sua elaboração levou em consideração, dentre outros fatores, a preservação do capital, o horizonte planejado de investimentos, a diversificação, a tolerância ao risco, a taxa esperada de retorno, a liquidez e o cenário macroeconômico, com o objetivo de garantir o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos e o gerenciamento prudente e eficiente na aplicação dos recursos.

2. MODELO DE GESTÃO

O IPREMFEL adota, na forma do artigo 4º, inciso I, da Resolução nº 4.392/14, a GESTÃO PRÓPRIA como método de administração dos seus ativos.

Visando um melhor desempenho e devidamente autorizado pelo conselho Deliberativo, poderá contratar uma Assessoria Especializada que permita a adequação ao artigo 4º, 3º parágrafo, que trata do controle dos investimentos vinculado necessariamente à identificação do passivo, que consiste em obrigações futuras ou expectativas de retorno, de acordo com os benefícios. O estudo de ALM (gestão integrada de ativo e passivo, na sigla em inglês) tem o objetivo de definir a macro alocação ótima dos investimentos de acordo com as necessidades do Instituto, de forma a maximizar a probabilidade de formação de superávit.

Este documento foi feito com a assessoria técnica da consultoria Mensurar Investimentos Serviços de Consultoria Econômica Ltda.

2.1 Comitê de Investimentos

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Investimentos, e em consonância com o artigo 6º § 5º da Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09/14/2013, é obrigatório que o Comitê de Investimentos seja composto por pessoas tecnicamente preparadas para decidir sobre as aplicações, com certificação do mercado financeiro.

Com vistas a assegurar que as decisões do Comitê de Investimentos reflitam as melhores práticas de gestão, poderá ocorrer a participação de conselheiros ou consultores externos em suas reuniões ordinárias e extraordinárias.

3. VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O horizonte de vigência dessa política de investimento é de 12 meses, para o período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, porém revisões poderão ocorrer durante este período, para a adequação a mudanças na legislação aplicável, ou caso seja considerado necessário pelo órgão superior de supervisão do Instituto de Previdência Municipal de Felixlândia.

4. OBJETIVOS

Esta Política de Investimentos define as diretrizes e práticas de gestão dos recursos em moeda corrente do Instituto de Seguridade do Servidor Municipal, como um plano de longo prazo para assegurar:



- Meta de rentabilidade tanto para Renda Fixa quanto Renda Variável: IPCA + 6% ao ano;
- O claro entendimento por parte dos gestores, servidores do Instituto, participantes, beneficiários, provedores externos de serviços e órgãos reguladores quanto aos objetivos e restrições relativas ao investimento dos ativos do Instituto;
- Estabelecer para os gestores dos recursos do IPREMFEF, diretrizes bem definidas para a forma de gerenciamento das carteiras;

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO

5.1 Cenário Internacional

O cenário econômico global é de recuperação gradual do mundo desenvolvido, mas com heterogeneidade entre os países. Nos Estados Unidos, as perspectivas são bem favoráveis. Após um começo de ano lento, o segundo semestre tem indicado crescimento mais robusto e que deverá continuar ao longo de 2015. O mercado de trabalho também dá sinais consistentes de melhora, o que deverá levar o Fed, banco central dos EUA, a iniciar o ciclo de aumento de juros já no próximo ano. Porém, o cenário deverá ser de juros de longo prazo menores do que o previsto até recentemente, devido ao menor potencial de crescimento da economia americana.

As projeções para a expansão da economia mundial foram novamente rebaixadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), embora desta vez em menor ritmo que em revisões anteriores. Para 2014, a expectativa é que o Produto Interno Bruto (PIB) global cresça 3,3%, ante 3,4% estimados em julho, quando foi divulgado o último relatório de estimativas do FMI. Para 2015, a projeção baixou de 4% para 3,8%.

O FMI destaca que o crescimento mundial tem sido decepcionante e os dados mais recentes revelam que o ritmo da atividade tem sido cada vez mais específico de cada país, ou seja, a diferenciação de números aumentou. Estados Unidos e Reino Unido estão se acelerando, enquanto a zona do euro e o Japão patinam e os emergentes, como o Brasil, reduziram o ritmo de expansão.

Os Estados Unidos foram um dos poucos países do primeiro mundo com estimativas melhoradas. A projeção do PIB norte-americano em 2014 subiu de 1,7% para 2,2%. Em 2015, foi mantida em 3,1%. "Apesar de alguns contratempos, continua uma recuperação econômica desigual", afirma o relatório Perspectiva Econômica Global, citando que os EUA só não crescem mais este ano porque que fatores temporários, como o inverno rigoroso, afetaram a atividade no começo de 2014.

A área do euro saiu da recessão, mas não consegue crescer. Com isso, o Banco Central Europeu (BCE) aumentou os estímulos monetários, para evitar o risco de deflação na região. Mesmo assim não se espera crescimento muito elevado para esse grupo de países. A zona do euro também teve corte nas projeções. Para este ano, se espera expansão de 0,8%, abaixo dos 1,2% estimados em julho. Para 2015, a estimativa caiu de 1,5% para 1,3%. O FMI chama atenção para o risco de que o crescimento na região possa parar e a baixa inflação virar uma deflação.

Esta estagnação se deve à redução generalizada das previsões das grandes economias do euro para 2014, com uma Itália em recessão estimada de -0,2% (cinco décimos a menos que em julho), França com um crescimento baixo, de 0,4% (quatro décimos a menos), e o surpreendente enfraquecimento da Alemanha, que o FMI calcula agora que crescerá 1,4% (cinco décimos a menos). A surpresa é a economia espanhola que, após uma aguda recessão, vê suas previsões serem revisadas um décimo para cima tanto em 2014 como em 2015, até 1,3% e 1,7%, respectivamente.

Enquanto países mais ricos como Grã-Bretanha e Estados Unidos estão vendo expansão econômica mais forte, o FMI reduziu suas estimativas para as três maiores economias da zona do



euro --Alemanha, França e Itália-- e informou ser essencial que os países mantenham o afrouxamento monetário e taxas de juros baixas.

O FMI vê agora uma chance de 30 por cento de a zona do euro cair em deflação ao longo do próximo ano, e probabilidade de quase 40 por cento de o bloco entrar em recessão.

O Fundo reduziu as projeções de crescimento do Japão mais do que qualquer país desenvolvido. Segundo a agência Kyodo, a estimativa do FMI é que o Japão crescerá a uma taxa real – ou ajustada pela inflação – de 0,9% em 2014, uma queda de 0,7 pontos percentuais em relação a sua estimativa em julho, citando que a depreciação se deve ao impacto prolongado que paira sobre a economia japonesa desde a elevação da alíquota do imposto sobre vendas em abril. No Japão, o declínio da demanda interna na sequência do aumento do imposto sobre o consumo foi maior do que o esperado.

O FMI informou que o crescimento potencial em mercados emergentes está agora 1,5 ponto percentual menor do que calculava em 2015. Os países emergentes devem crescer 4,4% este ano e 5% no próximo, nos dois casos abaixo do previsto em julho. Para a China, as projeções foram mantidas em 7,4% e 7,1%, respectivamente para 2014 e 2015. A economia chinesa continua desacelerando gradualmente, mas como a inflação está controlada, há espaço para o governo adotar medidas expansionistas na tentativa de evitar desaceleração mais expressiva da atividade.

A região da América Latina registra a maior queda nas previsões e cai para 1,3% em 2014 (sete décimos abaixo de suas previsões de três meses atrás) e 2,2% para 2015 (quatro décimos a menos). Essa redução é influenciada pelo Brasil, que sofre uma das maiores quedas, com uma expansão de apenas 0,3% (um ponto a menos do que o calculado em julho) em 2014 devido à "moderação do consumo e perda de força no investimento". Na América Latina, o México teve a estimativa mantida em 2,4% este ano e elevada em 0,1 ponto em 2015, para 3,5% na comparação com o relatório de julho.

Na América do Sul, países como Colômbia (4,8%), Chile (2%) e Peru (3,6%) devem avançar com mais força que o Brasil, o mesmo ocorrendo com Bolívia (5,2%) e Paraguai (4%), segundo as estimativas do FMI. Na região, apenas Argentina e Venezuela devem ter desempenho pior do que o brasileiro, vendo as suas economias encolherem 1,7% e 3% neste ano, pela ordem.

O FMI também alertou que ativos nos mercados financeiros excessivamente valorizados podem se reverter de repente quando o Federal Reserve, começar a elevar a taxa de juros no ano que vem, uma vez que o mercado pode estar subestimando riscos de políticas monetárias divergentes em economias avançadas.

Apesar do melhor prognóstico de crescimento nos países desenvolvidos, os riscos para as economias emergentes permanecem. O cenário de elevação de taxa de juros nos EUA pode promover uma saída de recursos dos emergentes. Sem dúvida, este risco é maior em países com fundamentos econômicos mais frágeis. Trata-se, infelizmente, do caso brasileiro.



Quadro 1. Expectativas de Crescimento Mundial para 2015

Fôlego menor

As estimativas do FMI para o crescimento em 2014 e 2015 - em %

	2014 (atual)	2014 (previsão de julho)	2015 (atual)	2015 (previsão de julho)
Mundo	3,3	3,4	3,8	4
Economias avançadas	1,8	1,8	2,3	2,4
EUA	2,2	1,7	3,1	3,1
Zona do euro	0,8	1,1	1,3	1,5
Alemanha	1,4	1,9	1,5	1,7
França	0,4	0,8	1	1,5
Itália	-0,2	0,3	0,8	1,1
Espanha	1,3	1,2	1,7	1,6
Reino Unido	3,2	3,2	2,7	2,7
Japão	0,9	1,6	0,8	1
Mercados emergentes	4,4	4,5	5	5,2
Brasil	0,3	1,3	1,4	2
Rússia	0,2	0,2	0,5	1
Índia	5,6	5,4	6,4	6,4
China	7,4	7,4	7,1	7,1
México	2,4	2,4	3,5	3,4
África do Sul	1,4	1,7	2,3	2,7

Fonte: FMI



5.2 Cenário Nacional

O Fundo Monetário Internacional (FMI) rebaixou novamente a previsão de crescimento do Brasil para este ano e o próximo. O País deve ter uma das menores taxas de crescimento em 2014 entre os principais países emergentes, avançando 0,3% em 2014, de acordo com projeções divulgadas no relatório "Perspectiva Econômica Global". O Brasil foi o país que teve maior corte nas estimativas entre as principais economias mundiais. Em julho, quando divulgou um relatório com atualização de projeções, o FMI previa que o país fosse avançar 1,3% em 2014. Entre os principais países, o Brasil só deve crescer mais que a Rússia neste ano, com expansão prevista de 0,2%, a Venezuela, que deve encolher 3%, e a Argentina, com previsão de retração de 1,7%. As previsões do Brasil para 2015 também foram reduzidas. O FMI projeta expansão de 1,4%, abaixo dos 2% que estimava em julho.

Desde 2012, os economistas do FMI vêm reduzindo a cada novo relatório as projeções de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) do País. O Brasil tem mostrado números sempre piores que o esperado, destaca o documento. O Brasil vai crescer este ano menos que a média dos países da América Latina (projeção de expansão de 1,3%), que os mercados emergentes (4,4%) e a economia mundial (3,3%), mostram o relatório do FMI. Perspectivas incertas e baixo investimento estão pesando na expansão do Brasil.

Apesar do corte nas estimativas, o FMI ainda está um pouco mais otimista para o Brasil que a média do mercado financeiro brasileiro, de acordo com o boletim Focus do Banco Central. As previsões foram seguidamente cortadas e apontam para alta de 0,18% este ano e 0,73% em 2015. Na avaliação do FMI, o fraco crescimento do Brasil é explicado por um conjunto de razões. Infraestrutura deficiente, juros elevados, fraca competitividade e baixa confiança dos agentes. Tudo isso tem contribuído para um fraco ritmo de investimento privado. Pelo lado das famílias, o crédito crescendo menos e certo esfriamento no mercado de emprego ajudam a contribuir para um baixo nível de consumo.

Quadro 2. Expectativas de Mercado para 2015



Focus - Relatório de Mercado

Gerin

5 de dezembro de 2014

Expectativas de Mercado								
Mediana - agregado	2014				2015			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	6,39	6,43	6,38	▼ (1)	6,40	6,49	6,50	▲ (3)
IGP-DI (%)	3,38	3,81	4,06	▲ (5)	5,54	5,69	5,70	▲ (5)
IGP-M (%)	3,48	3,72	3,72	▬ (1)	5,54	5,56	5,64	▲ (1)
IPC-Fipe (%)	5,22	5,26	5,46	▲ (2)	5,38	5,27	5,50	▲ (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,50	2,55	2,55	▬ (2)	2,60	2,67	2,70	▲ (6)
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	2,34	2,35	2,35	▬ (3)	2,52	2,59	2,60	▲ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	11,50	11,50	-		12,00	12,00	12,50	▲ (1)
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	11,00	11,00	-		11,97	12,17	12,38	▲ (2)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	35,20	36,00	36,00	▬ (1)	35,90	36,20	36,35	▲ (2)
PIB (% do crescimento)	0,20	0,19	0,18	▼ (3)	0,80	0,77	0,73	▼ (2)
Produção Industrial (% do crescimento)	-2,21	-2,26	-2,50	▼ (1)	1,46	1,13	1,23	▲ (1)
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-82,00	-83,00	-84,23	▼ (1)	-76,90	-78,00	-76,55	▲ (1)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	1,00	0,00	0,00	▬ (1)	7,00	6,31	6,31	▬ (1)
Invest. Estrangeiro Direto (US\$ Bilhões)	60,00	60,00	60,00	▬ (35)	58,50	58,00	58,00	▬ (3)
Preços Administrados (%)	5,30	5,30	5,30	▬ (4)	7,00	7,20	7,20	▬ (1)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲) aumento, (▼) diminuição ou = estabilidade



Para 2015, o FMI espera apenas uma recuperação moderada no Brasil, na medida em que a incerteza política gerada este ano pelas eleições presidenciais for se dissipando. A inflação deve ficar no topo da meta, reflexo da pressão persistente de preços, em meio a uma infraestrutura deficiente e pressão dos preços administrados. A baixa confiança de empresários e consumidores, aliada à perda de competitividade, devem manter o crescimento brasileiro abaixo do potencial este ano e no próximo, destaca o FMI.

O FMI projeta uma piora da taxa de desemprego do Brasil, que deve terminar este ano em 5,5%, mas subir para 6,1% em 2015. A inflação deve ficar em 6,3% e 5,9%, respectivamente. Já o déficit da conta-corrente em relação ao PIB deve passar de 3,5% este ano para 3,6% no próximo. Em meio ao crescimento decepcionante do Brasil e outros países da América Latina, ainda persistem riscos de as taxas de expansão do PIB ficarem ainda piores do que o estimado. Um deles é uma rápida elevação dos juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), o que pode gerar estresse no mercado financeiro semelhante ao visto em meados de 2013. Um resfriamento maior da China pode esfriar ainda mais a atividade em países exportadores para o país asiático. Por fim, uma alta dos preços do petróleo por conta da piora dos conflitos no Oriente Médio também pode ter efeito negativo na região.

Para 2015, a expectativa da Tendências Consultoria é de que os ajustes na política fiscal e monetária e de alguns preços administrados resultem em mais um ano de PIB fraco. Ainda que a dissipação de incertezas, com destaque para a eleitoral, gere alguma reativação da atividade econômica no próximo ano, os ajustes, especialmente das contas públicas, devem impedir um comportamento melhor da economia. Assim, a Tendências projeta expansão de apenas 1,0% em 2015.

Do lado da oferta, a expectativa é de alguma reação do PIB industrial, ainda que não suficiente para neutralizar a expressiva retração deste ano. Uma demanda externa pouco mais favorável, depreciação do câmbio e menores pressões salariais dariam algum fôlego ao setor. Do lado da demanda, a expectativa segue de comportamento fraco do consumo das famílias e de alguma retomada da FBCF (formação bruta do capital fixo), baseada na expectativa de modesta retomada da confiança, mas que também não compensará a forte retração deste ano.

O FMI cita o Brasil como um dos países que precisam fazer reformas. “Vários anos de perspectivas de crescimento mais lento sugerem que também é o momento das principais economias emergentes se voltarem para importantes reformas estruturais para elevar a expansão de modo mais robusto”, diz o relatório, observando que a agenda é diferente em cada país. O Brasil aparece ao lado de China, Índia e África do Sul como uma das economias em que é necessário implementar reformas na educação e nos mercados de trabalho e de produtos para elevar a competitividade e a produtividade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Os desequilíbrios econômicos se acentuaram nos últimos anos. Como mencionado, o crescimento esperado para o governo Dilma é bem inferior ao registrado no governo Lula, principalmente se excluirmos 2003, que foi um ano de ajustamento macroeconômico. Porém, o trade-off entre inflação e crescimento piorou no período: a inflação esperada é 1,1 p.p. acima da média registrada no governo Lula pós-2003. E, mesmo num contexto de baixo crescimento, o déficit em transações corrente elevou-se expressivamente (Quadro 3).



Quadro 3. Principais Indicadores Macroeconômicos: Lula vs. Dilma (%)

	2004-2010*	2011-2014E
Taxa de Crescimento	4,5	1,6
Inflação	5,3	6,2
Déficit em Transações Correntes (% do PIB)	0,1	3,0
Superávit Primário Recorrente (% do PIB)	2,9	1,2

* Excluindo 2003, o ano do ajuste macroeconômico. Fontes: Banco Central, IBGE e IBRE/FGV. Elaboração: IBRE/FGV.

A deterioração expressiva na conta corrente do balanço de pagamentos, mesmo com o fraco desempenho do investimento nos últimos quatro anos, é preocupante. Uma questão relevante refere-se à disposição do mundo em continuar financiando o déficit externo brasileiro. O Brasil poderá sofrer novas ondas de turbulência caso haja piora nas condições de financiamento externo, necessitando de ajuste adicional na taxa de juros e depreciação cambial mais acentuada para reduzir o déficit externo. Neste caso, o investimento e, conseqüentemente, o crescimento serão penalizados.

E, finalmente, a deterioração do esforço fiscal é alarmante. O superávit não recorrente atingiu apenas 0,2% em 2014, com perspectivas bem desfavoráveis para a dinâmica da dívida pública.

Sem dúvida, 2015 será um ano muito desafiador. Em nosso cenário base, contemplamos o restabelecimento da credibilidade da política monetária e fiscal, o que gera, portanto, mais eficácia da política econômica em termos de desinflação, com menores custos de ajuste no médio prazo. Em primeiro lugar, a projeção é de aumento do superávit recorrente para 1,1% do PIB. Nesse contexto, espera-se alta de 0,7% do superávit do governo federal ante 0% neste ano. Essa mudança da política fiscal poderá contribuir para uma melhora da confiança. Projeta-se também um recuo nas políticas parafiscais de financiamento público, tornando a dinâmica da dívida líquida mais favorável no médio prazo.

Em relação ao crescimento, prevê-se alguma recuperação, por conta do fraco resultado deste ano: 1,2% em 2015 ante 0,2% em 2014. Já a inflação deverá permanecer um pouco acima de 6%, com inflação de preços administrados de 7,8% e de preços livres de 5,5%.

Além dos desafios relacionados à política macroeconômica, é necessário promover novo ciclo de reformas microeconômicas para elevar a produtividade da economia. Uma agenda para tornar as concessões mais ágeis e melhorar o ambiente de negócios traria benefícios pelo lado da oferta, por meio do aumento do investimento e da produtividade.

Apesar das previsões ruins, o IBRE explica que não se trata de recessão. Recessão é quando vem um choque muito forte e a economia desaba. Agora, a economia desacelerou e não está voltando rápido, então, na média, é um crescimento mais próximo de zero.

Para o ano que vem, a expectativa é de crescimento, porque há setores que ainda podem crescer, como o agropecuário, o extrativo e a indústria de transformação, que caiu mais de 3% neste ano e deve ter alguma recuperação, porque tem essa questão cíclica.

Às vésperas de encerrar o ano, a equipe de inflação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE) calcula que a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ficará à beira de estourar o teto da meta (6,5%) de 2014, ao redor dos 6,4%. E, para 2015, o clima de expectativa passa longe de contar com ventos favoráveis.

Segundo economistas ouvidos em reportagem da próxima edição da revista “Conjuntura Econômica”, da FGV/IBRE, a taxa de inflação para o próximo ano tende a repetir a variação atual ou



até ultrapassar os 6,5% de teto. De acordo com o superintendente adjunto de Inflação da FGV, Salomão Quadros, o principal influenciador dessa pressão inflacionária serão os preços administrados, ou seja, aqueles controlados pelo governo, que já vêm puxando os resultados para cima.

Em 2013, a inflação desse grupo foi baixa, 1,7%. Em 2014, a estimativa é de que chegue a 17%. No próximo ano, os analistas esperam que ela supere os 20%, especialmente considerando o reajuste da tarifa de energia elétrica e do preço da gasolina, além do aumento previsto para passagens de ônibus em alguns estados.

Para Quadros, é possível que a energia seja a maior responsável pelo resultado, porque é o item mais livre para subir preços depois do desconto de 20% de 2013. “O preço da gasolina tem menos flexibilidade, apesar de estar defasado. Se aumentar 6%, 7% ou 8% em 2015, algo factível, já será uma ruptura porque ela subiu 3% no final deste ano e 4% no ano passado. Porém, um problema que pode afetar o reajuste da gasolina é a desvalorização do real, que tende a prosseguir em 2015”, afirma o economista. Segundo Quadros, a valorização do dólar, por si só, já vai recriar a defasagem entre o preço interno e internacional do combustível, deixando a gasolina brasileira mais cara.

Um capítulo à parte, diz o economista, será a inflação de serviços. Para Quadros, ano que vem não será diferente do que foi neste ano: ela vai continuar ajudando a sustentar a inflação nas alturas.

Apesar disso, diz, o cenário conta com um fator surpresa que pode causar uma queda de preços no setor — o mercado de trabalho. Ele lembra que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de novembro mostrou fechamento de 30 mil empregos formais. “Com esses sinais e a recessão se delineando, é possível vermos os salários crescendo mais devagar do que antes. Mas se isso ocorrer, os efeitos vão demorar a surgir, pois devem ser adotadas medidas para evitar uma piora grande no mercado de trabalho. Esse é um compromisso forte do governo, fazer ajustes que tragam menos sacrifícios para o emprego”, ressalta.

Se neste ano, a estiagem foi o ponto de pressão na inflação de alimentos, em 2015 a valorização do câmbio será outro fator contra a queda de preços dos alimentos. O dólar se mantém na faixa dos R\$ 2,60 frente aos R\$ 2,30 vistos há poucos meses. “A mediana do Top 5 de curto prazo no boletim Focus para 2015 é um câmbio de R\$ 2,70. A média do mercado para o ano que vem é mais baixa, R\$ 2,61. Então, temos uma desvalorização do real de 15%. É mais pressão sobre alimentos”, ressalta Quadros.

A nova política econômica do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff já está delineada, mas os ajustes a serem promovidos não devem ser tão radicais. , a nomeação de Nelson Barbosa para o Ministério do Planejamento e de Joaquim Levy para a Fazenda pode criar certo ruído, dado que a missão de Barbosa é deslanchar investimentos em infraestrutura, e a de Levy, controlar gastos para recuperar a credibilidade do setor privado.

O superávit primário de 2015 deve ser de 1,2% do PIB, em linha com o anunciado pelo novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. É um esforço adicional de 1% do PIB em relação ao superávit primário de 0,2% projetado para este ano. O mercado, conta com aumento da Cide e do IPI de forma integral já no primeiro ano, pois seria mais fácil elevar alíquotas de impostos existentes do que criar novos tributos. Outras opções seriam reverter renúncias sobre itens da cesta básica e o IOF. Além disso, diz, o contingenciamento de 2015 deve chegar a R\$ 65 bilhões, sendo que desse total R\$ 40 bilhões são do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O mercado internacional está a favor do Brasil, dadas as baixas taxas de juros globais, mas é preciso reorganizar a economia antes que os juros americanos retomem a trajetória de alta - o que deve ocorrer no fim de 2015 ou no começo de 2016. Em razão da baixa poupança doméstica, o país pode enfrentar um problema de financiamento externo, caso o banco central americano decida elevar os juros antes.



6. DIRETRIZES DE APLICAÇÃO

As diretrizes a serem observadas na aplicação dos recursos do IPREMFEL devem estar em conformidade com as exigências, limites gerais de aplicação, condições e ativos estabelecidos pela Resolução CMN nº. 4.392, de 19 de dezembro de 2014, de modo que atendam aos parâmetros estabelecidos e condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do IPREMFEL, através da superação da taxa da meta atuarial (TMA), que é de 6% ao ano, acrescida do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.1 Alocação Estratégica

Alocação estratégica significa a política básica de mix de ativos, onde a mistura proporcional de ativos entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Imóvel, é baseada nos rendimentos esperados para cada classe de ativos no longo prazo.

Leva em conta a estrutura da massa de segurados do Instituto e visa proporcionar rentabilidade compatível com as metas estabelecidas, sem incorrer em risco excessivo.

É a alocação que deve ser mantida caso não haja convicção em relação ao desempenho diferenciado de uma classe de ativos em particular em um dado momento, e da qual não se deve divergir significativamente sem justificativas.

Quadro 2. Alocação Estratégica condicionada aos Limites de Investimento do RPPS

RESOLUÇÃO CMN 4.392/2014	Segmentos	Alocação atual (posição em 30.11.2014)	Limites máximos segundo a Resolução 4.392	Alocação Estratégica	Margem de Alocação	
					Limite Inferior	Limite Superior
	1. Renda Fixa	0,00%	100%	75%	75%	100%
ART. 7º INCISO I, Letra A	Titulos Públicos registrado no Selic		100%	0%		
ART. 7º INCISO I, Letra B	FI condominio aberto, 100% TPF (subíndices IMA ou IDKA)		100%	30%	30%	80%
ART. 7º INCISO II	Operações Compromissada atreladas TPF		15%	0%		
ART. 7º INCISO III Letra A	FI condominio aberto, Renda Fixa ou Referenciado (subíndices IMA ou IDKA)		80%	5%	0%	5%
ART. 7º INCISO III Letra B	FI ETF, Renda Fixa ou Referenciado (subíndices IMA ou IDKA)					
ART. 7º INCISO IV Letra A	FI condominio aberto, Renda Fixa ou Referenciado		30%	20%	1%	30%
ART. 7º INCISO IV Letra B	FI ETF, Renda Fixa ou Referenciado					
ART. 7º INCISO V Letra A	Poupança		20%	5%	0%	5%
ART. 7º INCISO V Letra B	Letras Imobiliárias Garantidas (LIG)					
ART. 7º INCISO VI	FI em Diretos Creditórios, condominio aberto		15%	5%	0%	15%
ART. 7º INCISO VII Letra A	FI em Diretos Creditórios, condominio fechado		5%	5%	0%	5%
ART. 7º INCISO VII Letra B	FI de Renda Fixa ou Referenciado -Credito Privado		5%	5%	0%	5%
	2. Renda Variável	0,00%	30%	25%	0%	30%
ART. 8º INCISO I	FI em Ações, condominio aberto (Benchmark Ibovespa, IBrX, IBrX50)		30%		0%	0%
ART. 8º INCISO II	FI de Índices referenciados em ações (Benchmark Ibovespa, IBrX, IBrX50)		20%		0%	0%
ART. 8º INCISO III	FI em Ações, condominio aberto (Benchmark Ibovespa, IBrX, IBrX50)		15%	10%	0%	15%
ART. 8º INCISO IV	FI Multimercados, condominio aberto. Sem alavancagem		5%	5%	0%	5%
ART. 8º INCISO V	FI em Participações, condominio Fechado		5%	5%	0%	5%
ART. 8º INCISO VI	FI Imobiliários, condominio Aberto		5%	5%	0%	5%

6.2 Metodologia de Gestão de Aplicação

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimento são traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas.

Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentra na aversão a risco dos RPPS, em



eventos específicos do quadro político e nas projeções para inflação, taxa de juros, atividade econômica e contas externas. A visão de médio prazo procura dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

6.3 Alocação Tática

Com o objetivo de maximizar a rentabilidade da carteira, bem como diante da possibilidade de ocorrência de quaisquer eventos não previstos quando da definição da alocação estratégica, o IPREMFEL poderá tomar decisões de alocação tática. Focado no curto e no médio prazo, este tipo de alocação permite que, sem promover um distanciamento muito grande da alocação estratégica, sejam aproveitadas oportunidades surgidas em função de alterações significativas nos cenários previamente traçados.

A realização de alocações táticas deverá ser submetida à aprovação da Direção Geral e Diretoria Administrativa Financeiro do IPREMFEL, com base em estudos que avaliem o retorno potencial e os riscos dessas alocações.

6.4 Metodologia de Gestão de Aplicações e Resgates

6.4.1 Critérios de Avaliação para Aplicação

A aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em títulos e valores mobiliários é delimitada, conforme nos disposto Art7º, 8º e 9º da Resolução 4.392/2014.

De maneira complementar, a aplicação dos recursos somente poderá ser feita em instituições que passaram pelo processo de credenciamento estabelecido nesta Política de Investimentos, acompanhado dos atestados de regularidade fiscal e previdenciária, sendo que os quesitos verificados nos processos de credenciamento deverão ser atualizados a cada seis meses, conforme artigo 3º § 1º e § 3º da Portaria MPS nº 519, de 24/08/2011, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09/14/2013, respectivamente. O questionário de seleção encontra-se no ANEXO 3 deste documento, disponível no site do Instituto.

Para alocação dos valores em fundos de investimento que estejam enquadrados às exigências da Resolução 4.392, ainda deverão ser observados os seguintes critérios:

- ★ Que os fundos estejam classificados no mínimo como “A” ou equivalente pelas agências de “rating”, sempre que obrigatório; Patrimônio líquido do fundo a ser investido seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para os fundos de renda fixa e de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para os de renda variável, com exceção dos fundos recém-criados ou que possuam data única para aplicação;
- ★ Na hipótese de aplicação dos recursos em produtos estruturados, tais como Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Letras Imobiliárias Garantidas (LIG), será utilizado, com a finalidade de avaliar o risco de crédito, o *rating* elaborado por agências classificadoras de risco autorizadas a trabalhar no país e que evidenciem o baixo risco conforme tabela demonstrada no ANEXO 2.
- ★ Nos fundos de renda fixa a participação do IPREMFEL não pode ser maior do que 20% (vinte por cento) do valor do fundo;
- ★ Nos fundos de renda variável a participação do IPREMFEL não pode ser maior do que



- 15% (quinze por cento) do valor do fundo;
- ★ No caso de aplicações em fundos imobiliários e fundos de investimento em participações, deverá ser realizado um processo de Due Diligence a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto.
- ★

6.4.2 Critérios de Avaliação para Resgate

Mensalmente se verificará a rentabilidade, cumprimento da meta e a variação semestral do fundo. Os fundos que tiverem a aderência abaixo da relacionada a seguir serão eliminados, desde que cumpridos os prazos de carência - salvo não sejam encontradas alternativas melhores dentro dos bancos credenciados e respeitando os enquadramentos - a saber:

- ★ Renda fixa – abaixo de 99% da meta estabelecida no regulamento. Em sendo o IMA, lato sensu, o Benchmark do fundo, abaixo de 95% da meta prometida;
- ★ Fundos de Renda Variável – abaixo de 95% (noventa e cinco por cento) da meta estabelecida no regulamento;
- ★ Fundos Multimercado – abaixo de 95 % (noventa e cinco por cento) da meta estabelecida no regulamento;
- ★ Fundos imobiliários – 99% da meta estabelecida pelo regulamento.
- ★ Fundo em Participações – abaixo de 90% da meta estabelecida pelo regulamento.

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados no mercado financeiro, que estejam em desacordo com o estabelecido na Resolução 4.392/2010, desenquadrado com esta Política de Investimentos e/ou com rentabilidade abaixo da aderência mencionada acima, poderão ser realocados com a finalidade de preservar o capital investido do IPREMFEL e a superação da sua meta atuarial (TMA).

6.5 Metodologia de Seleção dos Investimentos

Anualmente a política de investimentos é submetida à aprovação do Conselho Deliberativo. Ao Comitê de Investimentos cabe subsidiar e fiscalizar as decisões do Gestor quanto às categorias de investimento, alocações, limites e restrições obedecendo necessariamente os previstos na Resolução CMN nº 4.392 de 19 de dezembro de 2014.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do IPREMFEL.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais e/ ou operações compromissadas.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos.

O prazo de vencimento dos Títulos Públicos, das operações compromissadas e carência para resgates em fundos de investimento, obedecerão à política de cruzamento das datas previstas dos compromissos estabelecidos no passivo atuarial com o vencimento dos ativos financeiros.



6.5.1 Segmento de Renda Fixa

Serão considerados ativos elegíveis para o segmento de renda fixa, os títulos e valores mobiliários permitidos pelo art. 7º da Resolução CMN nº. 4.392, de 19 de dezembro de 2014, observados seus limites e categorias de fundos nela definidos.

As operações compromissadas devem estar lastreadas exclusivamente em títulos públicos federais e ter um prazo máximo de 30 dias. Além disso, essas operações ficam limitadas a 15% do patrimônio líquido do IPREMFEL.

Para o segmento de renda fixa, o benchmark utilizado será a meta atuarial.

6.5.2 Segmento de Renda Variável

Serão considerados ativos elegíveis para o segmento de renda variável, os títulos e valores mobiliários permitidos pelo art. 8º da Resolução CMN nº. 4.392, de 19 de dezembro de 2014, observados seus limites e categorias de fundos.

Para o segmento de renda variável, o benchmark utilizado será a meta atuarial.

6.5.3 Segmento de Imóveis

As alocações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os terrenos ou imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social, conforme Art.9º e parágrafo único da Resolução CMN 3922/2010. Os imóveis poderão ser utilizados para aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário, desde que as cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores.

Para o segmento imobiliário, o benchmark utilizado será a meta atuarial.

6.5.4 Segmento de Participações

Serão considerados ativos elegíveis para o segmento de participações, os títulos e valores mobiliários permitidos pelo art. 8º da Resolução CMN nº. 4.392, de 19 de dezembro de 2014, observados seus limites e categorias de fundos.

Para o segmento de participações, o benchmark utilizado será a meta atuarial.

7. MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS

O IPREMFEL elabora mensalmente três tipos de relatórios:

- ★ Performance do Portfólio, que permite acompanhar a evolução do patrimônio do Instituto, bem como as aplicações e resgates;
- ★ Performance do Investimento, que permite acompanhar o desempenho dos ativos perante a meta atuarial;
- ★ Relatório de Investimentos, que permite acompanhar o enquadramento dos investimentos perante a Resolução vigente e à Política de Investimentos;

Tais informações, incluindo os indicadores do mercado financeiro e a análise de risco integrado cujo objetivo é apresentar estimativas das perdas máximas que podem ocorrer na carteira de investimentos, estimando-se o Value-at-Risk (Var) compõem o Relatório Trimestral da Rentabilidade da Carteira, que é repassado à Direção Geral, Comitê de Investimentos e Conselho Administrativo e condiz com a obrigatoriedade exigida na PORTARIA MPS Nº 519, DE 24 DE AGOSTO DE 2011 - DOU DE 23/08/2011, onde de acordo com o Art. 3º, inciso “V”, define:



“V - elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle;”

Os relatórios supracitados serão mantidos pelo Instituto à disposição do Ministério da Previdência, demais órgãos fiscalizadores, bem como dos segurados.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE GESTORES

A seleção de instituições financeiras autorizadas a operar com o IPREMFEL consistirá de busca de informações junto às instituições financeiras através de questionário modelo (ANEXO 3) que contemplará a análise das seguintes informações:

- **CrITÉrios Qualitativos**

- Credibilidade da Instituição junto ao mercado financeiro;
- Solidez da Instituição (Modelo Fiduciário – Administrador, Gestor e Custodiante);
- Experiência na gestão de recursos de clientes institucionais;
- Qualidade da equipe e *turnover*;
- Qualidade do atendimento na área de relacionamento.

- **CrITÉrios Quantitativos:**

- Desempenho (risco/retorno) dos produtos enquadrados na legislação vigente;
- Desempenho do gestor nos momentos de crise.

Delimita ainda a participação de Administradores / Gestores de Investimentos que atendam aos requisitos abaixo:

Instituições financeiras que estejam listadas entre os 20 maiores gestores de recursos de terceiros - por patrimônio líquido no ranking consolidado de gestão da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. As demais instituições que queiram se credenciar junto ao IPREM/GV, somente o poderão fazer caso possuam fundos onde os 20 maiores gestores atuem como administradores e também como custodiantes.

Não estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

9. PUBLICAÇÃO

Esta política de Investimentos será disponibilizada na íntegra por meio eletrônico, no site do IPREMFEL, no máximo 30 (trinta) dias após a sua aprovação.

Felixlândia, 29 de Janeiro de 2015



Superintendente

Tânia Gonçalves de Souza Melo

Conselho Administrativo

José Messias Mariz

Marcos Benedito Fernandes Gomes

Sandra Borba Costa

Margarida Marília Lopes



10 ANEXO

ANEXO 1- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – PERSPECTIVAS DA ECONOMIA MUNDIAL 2015



INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA

Rua Menino Deus, n° 86 – Centro – Felixlândia – MG.

IPREMFEL

WORLD ECONOMIC OUTLOOK: LEGACIES, CLOUDS, UNCERTAINTIES

Table 1.1. Overview of the World Economic Outlook Projections
(Percent change unless noted otherwise)

	Year over Year						Q4 over Q4		
			Projections		Difference from July 2014 WEO Update		Projections		
	2012	2013	2014	2015	2014	2015	2013	2014	2015
World Output¹	3.4	3.3	3.3	3.8	-0.1	-0.2	3.7	3.1	3.8
Advanced Economies	1.2	1.4	1.8	2.3	0.0	-0.1	2.2	1.7	2.4
United States	2.3	2.2	2.2	3.1	0.5	0.0	3.1	2.1	3.0
Euro Area	-0.7	-0.4	0.8	1.3	-0.3	-0.2	0.5	0.8	1.6
Germany	0.9	0.5	1.4	1.5	-0.5	-0.2	1.4	1.1	1.9
France	0.3	0.3	0.4	1.0	-0.4	-0.5	0.8	0.3	1.3
Italy	-2.4	-1.9	-0.2	0.8	-0.5	-0.3	-0.9	-0.1	1.3
Spain	-1.6	-1.2	1.3	1.7	0.1	0.1	-0.2	2.0	1.5
Japan	1.5	1.5	0.9	0.8	-0.7	-0.2	2.4	0.6	0.5
United Kingdom	0.3	1.7	3.2	2.7	0.0	0.0	2.7	3.5	2.2
Canada	1.7	2.0	2.3	2.4	0.1	0.1	2.7	2.2	2.4
Other Advanced Economies ²	2.0	2.3	2.9	3.1	0.0	-0.1	2.8	2.6	4.0
Emerging Market and Developing Economies³	5.1	4.7	4.4	5.0	-0.1	-0.2	5.1	4.5	5.0
Commonwealth of Independent States	3.4	2.2	0.8	1.6	-0.1	-0.5	2.1	-1.5	1.5
Russia	3.4	1.3	0.2	0.5	0.0	-0.5	1.9	-0.8	0.9
Excluding Russia	3.6	4.2	2.0	4.0	-0.4	-0.4	...	...	...
Emerging and Developing Asia	6.7	6.6	6.5	6.6	0.1	0.0	6.7	6.6	6.3
China	7.7	7.7	7.4	7.1	0.0	0.0	7.7	7.5	6.8
India ⁴	4.7	5.0	5.6	6.4	0.2	0.0	6.1	5.8	6.5
ASEAN-5 ⁵	6.2	5.2	4.7	5.4	0.1	-0.2	4.7	5.1	5.0
Emerging and Developing Europe	1.4	2.8	2.7	2.9	0.0	0.0	3.6	2.8	4.4
Latin America and the Caribbean	2.9	2.7	1.3	2.2	-0.7	-0.4	2.1	0.8	2.2
Brazil	1.0	2.5	0.3	1.4	-1.0	-0.6	2.2	0.0	1.8
Mexico	4.0	1.1	2.4	3.5	0.0	0.1	0.6	3.5	3.3
Middle East, North Africa, Afghanistan, and Pakistan	4.8	2.5	2.7	3.9	-0.4	-0.9	...	...	...
Sub-Saharan Africa	4.4	5.1	5.1	5.8	-0.4	0.0	...	...	...
South Africa	2.5	1.9	1.4	2.3	-0.3	-0.4	2.1	1.2	2.3
Memorandum									
European Union	-0.3	0.2	1.4	1.8	-0.2	-0.1	1.1	1.4	2.0
Low-Income Developing Countries	5.2	6.0	6.1	6.5	-0.2	0.0	...	...	...
Middle East and North Africa	4.8	2.3	2.6	3.8	-0.5	-1.0	...	...	...
World Growth Based on Market Exchange Rates	2.4	2.5	2.6	3.2	-0.1	-0.1	3.0	2.4	3.1
World Trade Volume (goods and services)	2.9	3.0	3.8	5.0	-0.1	-0.3	...	...	...
Imports									
Advanced Economies	1.2	1.4	3.7	4.3	0.2	-0.3	...	...	...
Emerging Market and Developing Economies	6.0	5.3	4.4	6.1	-0.3	-0.3	...	...	...
Exports									
Advanced Economies	2.0	2.4	3.6	4.5	-0.1	-0.3	...	...	...
Emerging Market and Developing Economies	4.6	4.4	3.9	5.8	-0.5	-0.3	...	...	...
Commodity Prices (U.S. dollars)									
Oil ⁶	1.0	-0.9	-1.3	-3.3	-1.3	1.0	2.6	-5.0	-0.7
Nonfuel (average based on world commodity export weights)	-10.0	-1.2	-3.0	-4.1	-1.4	-0.6	-2.9	-4.3	-1.2
Consumer Prices									
Advanced Economies	2.0	1.4	1.6	1.8	0.0	0.0	1.2	1.7	1.9
Emerging Market and Developing Economies ³	6.1	5.9	5.5	5.6	0.1	0.3	5.5	5.5	5.1
London Interbank Offered Rate (percent)									
On U.S. Dollar Deposits (six month)	0.7	0.4	0.4	0.7	0.0	-0.1	...	...	...
On Euro Deposits (three month)	0.6	0.2	0.2	0.1	0.0	-0.1	...	...	...
On Japanese Yen Deposits (six month)	0.3	0.2	0.2	0.2	0.0	0.0	...	...	...

Note: Real effective exchange rates are assumed to remain constant at the levels prevailing during July 30–August 27, 2014. When economies are not listed alphabetically, they are ordered on the basis of economic size. The aggregated quarterly data are seasonally adjusted.

¹The quarterly estimates and projections account for 90 percent of the world purchasing-power-parity weights.

²Excludes the G7 (Canada, France, Germany, Italy, Japan, United Kingdom, United States) and euro area countries.

³The quarterly estimates and projections account for approximately 80 percent of the emerging market and developing economies.

⁴For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis and output growth is based on GDP at market prices. Corresponding growth rates for GDP at factor cost are 4.5, 4.7, 5.6, and 6.4 percent for 2012/13, 2013/14, 2014/15, and 2015/16, respectively.

⁵Indonesia, Malaysia, Philippines, Thailand, Vietnam.

⁶Simple average of prices of U.K. Brent, Dubai Fateh, and West Texas Intermediate crude oil. The average price of oil in U.S. dollars a barrel was \$104.07 in 2013; the assumed price based on futures markets is \$102.76 in 2014 and \$99.36 in 2015.



INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA

Rua Menino Deus, nº 86 – Centro – Felixlândia – MG.

IPREMFEL

ANEXO 2- CONTROLE DE RISCO DE CRÉDITO

Tabela 1. (prazo de carência e/ou cotização e pagamento de resgate de até 180 dias)

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poors	brA- (perspectiva estável)
Moody's	A3.br (perspectiva estável)
Fitch Rating	A- (bra) (perspectiva estável)

Tabela 2. (prazo de carência e/ou cotização e pagamento de resgate de 181 dias até 720 dias)

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poors	brAA- (perspectiva estável)
Moody's	Aa3.br (perspectiva estável)
Fitch Rating	AA- (bra) (perspectiva estável)

Tabela 3. (prazo de carência e/ou cotização e pagamento de resgate superior a 721 dias)

Agência Classificadora de Risco	Rating Mínimo
Standard & Poors	brAA+ (perspectiva estável)
Moody's	Aa1.br (perspectiva estável)
Fitch Rating	AA+ (bra) (perspectiva estável)



ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO DE SELEÇÃO DE ADMINISTRADORES/GESTORES DE INVESTIMENTOS

1- INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS - SOLIDEZ PATRIMONIAL

1.1 Informar a data de constituição da instituição.

1.2 Informar o capital social da instituição. É ligada a grupo nacional ou estrangeiro, ou a algum governo estadual? Qual?

1.3 Relacionar os Acionistas da Empresa e suas participações no capital da instituição.

1.4 Relacionar as filiais e/ou escritório de representação ou distribuição da Instituição no território nacional.

1.5 Informar Razão Social, endereço, CNPJ, *home page* e *e-mail* da empresa responsável pela administração e gestão de recursos de terceiros.

1.6 Há quanto tempo a Instituição administra recursos de terceiros no país

1.7 As funções de gestão, administração, custódia e auditoria são segregadas, atendendo aos princípios de "chinese wall"? Quais as instituições responsáveis por cada uma delas? Caso as atividades de gestão, administração e compliance sejam efetuadas pela própria instituição, descrever como funciona cada uma delas, quais suas atribuições, qual o nível de independência e como se interagem. Faça uma síntese de como funciona tal política de segregação dentro da Instituição.

2 - DESEMPENHO DE GESTÃO

2.1 Informar o montante de recursos de terceiros administrados, discriminando por tipo de cliente e por tipo de produto em data base a ser informada:

Investidor Institucional

Pessoa Física

Pessoa Jurídica

Distribuidor

Renda Fixa

Renda Variável

Fundo Aberto

Total

2.2 Relacionar os principais clientes institucionais por volume de recursos administrados. Não é necessário mencionar o volume aplicado de cada cliente.



2.3 Relacionar os principais Fundos de Investimento administrados por esta instituição, que julguem adequados para Previdência Pública, bem como seus respectivos patrimônios, o benchmark e a qualificação/premiações dadas por Empresa de qualificação de fundos e classificação de risco "rating", mencionando a agência e o nível de risco de cada fundo.

2.4 Relacionar por ordem decrescente de rentabilidade, o histórico dos fundos acima mencionados indicando a rentabilidade obtida nos últimos 12 meses, a volatilidade ou *tracking error em relação ao IBX (para renda variável)* nos últimos 12 meses, a taxa de administração e taxa de performance, quando houver.

I – retorno: variação percentual do valor da cota do fundo de investimento nos 12 (doze) meses anteriores, líquida de taxa de administração e demais despesas;

II – volatilidade: desvio padrão da variação mensal da cota do fundo de investimento, nos 12 (doze) meses anteriores;

2.5. Remeter o regulamento destes fundos.

3- PROCESSO DECISÓRIO DE INVESTIMENTOS

3.1 Descrever o modelo de decisão adotado.

3.2 Descrever os modelos matemáticos praticados no processo de alocação de investimentos.

3.3 Descrever a filosofia de investimentos para a gestão de portfólios.

3.4 Qual é a política de risco de crédito? Esta política é compartilhada com o Investidor? De que forma?

3.5 Quais são os critérios de marcação a mercado dos ativos e derivativos e quem os define?

4 - CURRÍCULO DOS GESTORES e/ou ADMINISTRADORES DE CARTEIRA E OUTROS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Descrever de forma sucinta a formação profissional de cada gestor/administrador de carteira e do back-office, dos responsáveis pelo desenvolvimento e aplicação de modelos matemáticos, contendo, por ordem cronológica as informações mais relevantes sobre o os objetivos alcançados pela gestão.

5 - MECANISMO DE GESTÃO E ALOCAÇÃO EFICIENTE DE RECURSOS, DE ACOMPANHAMENTO DE PERFORMANCE, DE BACK-OFFICE E DE AVALIAÇÃO DE RISCO.

5.1 Descrever detalhadamente e individualizada os mecanismos e os modelos aplicados.

5.2 Informar se os mecanismos e modelos foram submetidos à auditoria e se os mesmos foram certificados por alguma instituição. Anexar cópias dos certificados, se for o caso.



5.3 Informar a periodicidade do processo de auditoria a que estão submetidos os mecanismos e os modelos aplicados.

5.4. O que é baixo risco de crédito na visão desta instituição?

6 - FUNÇÕES TERCEIRIZADAS

6.1 Descrever de forma sucinta o currículo dos responsáveis (pessoa física ou jurídica) pelas funções terceirizadas.

7 - SERVIÇOS

7.1 Quais os serviços de informações são prestados aos clientes institucionais? Com que periodicidade tais informações são encaminhadas? Qual o meio de comunicação utilizado?

7.2 A instituição promove algum curso ou presta algum, serviço de orientação e informação aos clientes institucionais, referente aos mecanismos e instrumentos disponíveis no mercado financeiro e que são utilizados como ferramentas pelo gestor do fundo?

7.3 Qual a periodicidade das informações referentes aos fundos enviados aos investidores? Quais são essas informações e sob qual forma são encaminhadas?

7.4 Que tipo de serviços adicionais são oferecidos aos clientes de fundo de investimentos? Que tipos de relatórios são emitidos? Se possível, a Instituição poderia encaminhar alguns modelos de tais relatórios?

7.5 No entendimento da Instituição, em que aspecto se diferencia de seus concorrentes, destacando-se na gestão de recursos de terceiros?

8 - DECLARAÇÃO

Declaração acerca da veracidade das informações fornecidas.